



ESTADO DE MINAS GERAIS
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITURAMA**
CNPJ 18.457.242/0001-74



DECRETO MUNICIPAL N.º 8.968, DE 1º DE AGOSTO DE 2025.

**“Regulamenta gratificações no âmbito da
Secretaria Municipal de Educação e dá
outras providências.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITURAMA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, conforme disposto nos artigos 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA CARGA SUPLEMENTAR DE TRABALHO DOCENTE (CSTD)

Art. 1º A Carga Suplementar de Trabalho de Docente (CSTD), nos termos do art. 26 da Lei Complementar n.º 76/2015, consiste nas horas de trabalho prestadas pelo docente que excederem a sua jornada regular.

Art. 2º A CSTD será atribuída, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I – Desenvolvimento de projetos e programas curriculares temporários, definidos expressamente por ato formal da autoridade superior da Secretaria Municipal de Educação;

II – Substituições eventuais ou temporárias de outro docente, desde que a substituição seja expressa e documentada, limitada ao campo de habilitação do professor e respeitado o teto semanal de 60 (sessenta) horas.

Art. 3º A atribuição da CSTD observará, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – Existência de justificativa formal e expressa da direção da unidade escolar;
II – Respeito rigoroso à ordem de classificação da lista de atribuição de classes e aulas;

III – Manifestação expressa do docente quanto ao interesse na carga suplementar;
IV – Análise técnica da compatibilidade da carga horária com o limite semanal e jornada legal;

V – Registro por meio de ato administrativo individualizado, com controle e arquivamento em prontuário funcional.

Art. 4º As aulas de regência ou de um mesmo componente curricular que, por exigência curricular, ultrapassarem o limite da jornada do docente, deverão ser atribuídas, obrigatoriamente, ao mesmo Professor de Educação Básica que detenha a regência da turma ou do conteúdo, salvo impedimento legal ou técnico justificado formalmente.

CAPÍTULO II
DO ADICIONAL POR EXTENSÃO DE JORNADA – AEJ



ESTADO DE MINAS GERAIS
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITURAMA**
CNPJ 18.457.242/0001-74



Art. 5º Ao assumir carga horária excedente à jornada regular, o docente fará jus ao Adicional por Extensão de Jornada – AEJ, de caráter remuneratório e proporcional à carga atribuída.

§1º O valor do AEJ será calculado da seguinte forma:

I – Considerar-se-ão inicialmente as horas de interação direta com os estudantes (horas-aula);

II – Com base nas horas-aula atribuídas, calcular-se-á a carga correspondente de atividades extraclasse, conforme a proporção legal vigente;

III – O total apurado será convertido em valor proporcional, com base no vencimento base inicial do cargo.

§2º É vedada à Secretaria Municipal de Educação a fixação de critérios, fórmulas ou percentuais distintos dos estabelecidos neste decreto.

§3º O AEJ não será incorporado ao vencimento do cargo e cessará automaticamente com o encerramento da extensão de jornada.

§4º O servidor ocupante de dois cargos de Professor de Educação Básica poderá assumir a extensão desde que o somatório das horas destinadas à docência dos dois cargos não exceda sessenta horas.

CAPÍTULO III DA ATUAÇÃO EM SALAS DE AEE E SUA GRATIFICAÇÃO

Art. 6º Somente poderão atuar em Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) os docentes que comprovarem conclusão de curso de capacitação específica em Educação Especial.

Art. 7º O docente em exercício em Sala de AEE fará jus à gratificação de 20% (vinte por cento), calculada sobre o vencimento base inicial do cargo de Professor de Educação Básica I ou II, exclusivamente durante o período em que permanecer em exercício na referida função.

Parágrafo único. A gratificação será automaticamente suspensa em caso de remoção, substituição ou interrupção da atuação em AEE, independentemente de formalização adicional.

CAPÍTULO IV DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA – “PÓ DE GIZ”

Art. 8º A Gratificação de Incentivo à Docência – “Pó de Giz” será concedida ao docente que estiver em efetiva regência de sala de aula, no percentual de 20% (vinte por cento) do vencimento base inicial do cargo.

Parágrafo único. O profissional do magistério que estiver recebendo a Vantagem Pessoal Inominada – VPI, de que trata os §1º, §2º e §3º, do art. 90, da Lei Complementar n.º 76, de 23 de março de 2015, a fim de evitar o recebimento em duplicidade, não fará jus a gratificação de que trata o caput deste artigo, excluído, nesse caso, o pagamento sobre a Carga Suplementar de Trabalho Docente, na forma do caput.

Art. 9º O pagamento da gratificação observará as seguintes condições:



ESTADO DE MINAS GERAIS
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITURAMA**
CNPJ 18.457.242/0001-74



- I – Será devido exclusivamente enquanto o docente estiver em regência de turma;
- II – Terá caráter precário e transitório, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

CAPÍTULO V
DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS VANTAGENS REMUNERATÓRIAS
DOCENTES

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação manterá sistema rigoroso e permanente de controle sobre os pagamentos realizados a título de:

- I – Carga Suplementar de Trabalho Docente (CSTD);
- II – Gratificação por Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- III – Gratificação de Incentivo à Docência (“Pó de Giz”);
- IV – Adicional por Extensão de Jornada (AEJ).

Art. 11. Fica vedado o pagamento das vantagens descritas no artigo anterior aos servidores afastados das atividades de regência de classe para o exercício de:

- I – Cargos comissionados;
- II – Funções gratificadas;
- III – Atividades técnico-administrativas desvinculadas da docência.

Art. 12. Os pagamentos só ocorrerão mediante comprovação documental da efetiva prestação das atividades que justifiquem a vantagem, mediante:

- I – Conferência de diários de classe atualizados;
- II – Frequência registrada;
- III – Relatórios mensais de atividades.

Art. 13. Deverá ser implantado sistema de auditoria interna permanente, com fiscalização trimestral obrigatória, para verificar:

- I – A compatibilidade entre a função exercida e a vantagem percebida;
- II – Acumulações indevidas, conforme artigo 48 §4º da Lei Complementar n. 76/2015;
- III – Regularidade formal e material dos registros;
- IV – Validação cruzada de dados com sistemas de ponto eletrônico, diário digital, planejamento pedagógico e atas de reuniões;
- V – Emissão de relatórios circunstanciados e assinatura por comissão de controle, composta por membros da Secretaria de Educação, Secretaria de Recursos Humanos e da Controladoria do Município.

Parágrafo único. Qualquer pagamento irregular identificado deverá ser imediatamente comunicado à Controladoria e implicará:

- I – Suspensão da vantagem;
- II – Abertura de processo de apuração de responsabilidade;
- III – Restituição dos valores recebidos indevidamente, conforme legislação vigente.



ESTADO DE MINAS GERAIS
**PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITURAMA**
CNPJ 18.457.242/0001-74



CAPÍTULO VI
DO REGISTRO DAS ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 14. As atividades das Coordenadoras Pedagógicas deverão ser devidamente documentadas por meio de:

I – Atas circunstanciadas de todas as reuniões pedagógicas, contendo:

- a) Data, horário de início e término;
- b) Relação nominal dos participantes, com assinaturas;
- c) Pauta, deliberações e encaminhamentos.

II – Registro eletrônico de frequência diária, com controle de entrada e saída;

III – Arquivo permanente físico e/ou digital de toda documentação produzida, por no mínimo 5 (cinco) anos, para fins de auditoria interna e controle externo.

Art. 15. A ausência de documentação ou o seu preenchimento incompleto poderá ensejar a suspensão de vantagens remuneratórias e responsabilização funcional.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação poderá editar normas complementares para melhor aplicação do disposto neste Decreto, vedada a edição de normas complementares que modifiquem, ampliem ou relativizem as disposições contidas neste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Iturama/MG, 1º de agosto de 2025.

Dr. José Herculano Pereira dos Santos
- Prefeito Municipal -

Certifico e dou fé que este decreto foi publicado no Diário Oficial em

01/08/2025

[Assinatura]



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Decreto visa regulamentar dispositivos legais que tratam da Carga Suplementar de Trabalho Docente (CSTD), da Gratificação por Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Gratificação de Incentivo à Docência (“Pó de Giz”), do Adicional por Extensão de Jornada (AEJ), bem como das vantagens decorrentes de exigência de grade curricular, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de garantir a legalidade, moralidade e eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à remuneração dos profissionais da educação.

A necessidade de regulamentação decorre, sobretudo, da importância de se estabelecer critérios objetivos, impessoais e transparentes para a concessão dessas vantagens, assegurando que seu pagamento esteja estritamente vinculado à efetiva prestação dos serviços que as fundamentam, especialmente no que diz respeito à regência de classe e ao atendimento direto aos estudantes da rede pública.


Neste sentido, o presente ato normativo atende às diretrizes emanadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, especialmente aquelas contidas nas Recomendações nº 07/2025 e 08/2025, expedidas por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Iturama – MG.

Considerando tais orientações, o Decreto ora proposto institui mecanismos de auditoria interna periódica, rotinas administrativas rigorosas de verificação, e sistemas de documentação e controle, com vistas a assegurar que os pagamentos realizados estejam condicionados ao exercício efetivo das atividades que os fundamentam.

Adicionalmente, regulamenta a atuação das Coordenadoras Pedagógicas, exigindo registro formal das atividades desenvolvidas, assinatura de frequência diária, e manutenção de arquivo permanente, garantindo transparência e rastreabilidade para fins de controle interno e externo.

Portanto, o Decreto se mostra necessário para a adequada gestão administrativa da Rede Municipal de Ensino, harmonizando os dispositivos legais municipais com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência e transparência, além de atender plenamente às recomendações do Ministério Público.

Iturama/MG, 1 de agosto de 2025.


Dr. José Herculano Pereira dos Santos
- Prefeito Municipal -